

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Armamento para guarda municipal terá limitações

Quadro próprio de pessoal beneficia agência reguladora



DECISÕES Ministro Márcio Thomaz Bastos negocia com senadores mudanças na MP sobre porte de armas para guardas municipais (foto acima), que serão acolhidas no relatório de Renan Calheiros. No Plenário, Sarney (foto à direita) comanda votação da medida relativa aos quadros de agências reguladoras, que tem como relator José Jorge

Página 3



POLÍCIA FEDERAL

Parlamentares investigam interferência dos EUA

A denúncia da revista *Carta Capital* de que a Polícia Federal brasileira estaria sendo “comprada” pelos Estados Unidos será analisada por duas reuniões da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. O anúncio foi feito ontem pelo senador Eduardo Suplicy, que preside a comissão juntamente com a de Relações Exteriores do Senado.

Página 8



CONTROVÉRSIA Sibá (ao lado de Pauderney Avelino e Gilberto Mestrinho) vê o relatório aprovado exatamente 30 dias depois de sua apresentação e após muitas reuniões da CMO

COMISSÃO APROVA O PPA

Página 5

TRANSGÊNICOS

Monsanto pode ter liberado semente a brasileiros

Presidente da CPI do Senado que investiga o assunto, o senador João Capiberibe afirmou já haver indícios de que a multinacional Monsanto teria liberado para produtores do Rio Grande do Sul as sementes da espécie de soja transgênica de que detém a patente. Segundo ele, é importante discutir agora se há necessidade de pagamento de *royalties*.

Página 6



RELEVÂNCIA Micro e pequenas empresas geram maioria dos empregos, lembra Garibaldi

Garibaldi elogia aumento dos valores de acesso ao Simples

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que os micro e pequenos empresários do país tiveram “uma grata surpresa” na quarta-feira, com o decreto do presidente da República que dobrou os valores em reais usados no Simples – programa simplificado e unificado de pagamento de impostos e contribuições das micro e pequenas empresas.

O decreto subiu de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil o faturamento anual de microempresa para inscrição no Simples. O faturamento das pequenas empresas aumentou de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões.

– Para mostrar a importância do decreto, basta lembrar que de 60% a 70% dos empregos do Brasil são oferecidos por micro e pequenas empresas. Com a falta da correção dos valores, essas organizações estavam sendo punidas severamente – sustentou Garibaldi.

Há vários projetos em tramitação no Senado determinando a correção dos valores do Simples. O último deles foi apresentado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Saturnino aplaude política de incentivos à indústria

De acordo com senador, o Estado tem ação fundamental no fortalecimento de setores estratégicos

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) saudou em Plenário o anúncio do governo de uma política de apoio a setores industriais que podem reduzir importações, aumentar exportações e gerar empregos.

– Finalmente o Brasil tem uma política industrial, coisa que não ocorria desde que o país entrou há anos em processo de paralisia econômica – assinalou.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

PARALISIA Neoliberalismo foi incapaz de promover o desenvolvimento, diz Saturnino

A ação do Estado “continua fundamental” para incentivar setores estratégicos, na opinião de Roberto Saturnino, para

quem o neoliberalismo mostrou-se incapaz de conduzir a economia do país ao desenvolvimento.

Na nova política, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará investimentos de R\$ 14,5 bilhões. Serão beneficiados quatro setores que o governo Lula considera estratégicos: produção e comercialização de softwares (programas de computadores), indústria farmacêutica, modernização do parque industrial e máquinas e bens de capital. O programa prevê ainda redução de burocracia para empresas que exportam mais de US\$ 10 milhões por ano.



PERDA De acordo com Tourinho, governo erra ao reduzir imposto que cria receita compartilhada

Tourinho é contra manter redução do IPI para veículos

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) protestou contra a intenção do governo de compensar a alta da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3% para 7,6%, com a renovação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística.

– Mais uma vez, o governo decide lançar mão da redução de um imposto, cuja receita é compartilhada com estados e municípios, o IPI, para compensar aumento de tributo exclusivo da União – afirmou.

O senador mostrou que em 1988 a receita compartilhada (IPI e Imposto de Renda) entre os três entes federativos representava 76% da receita total da Secretaria da Receita Federal. Em 2003, essa participação relativa caiu para 44% do total. Ele explicou que a política de arrecadação imposta pelo fisco elevou a participação das receitas não compartilhadas em relação à massa tributária da Receita Federal de 24% para 56%, entre 1988 e 2003. Foram aumentos no PIS, na Cofins, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na Cide e na CPME.

Prejuízos

Os estados, segundo Tourinho, perderam 15% de sua arrecadação, cerca de R\$ 21 bilhões. O senador argumentou que a nova decisão do governo contraria o espírito da reforma tributária aprovada em dezembro pelo Senado, resultado de amplo acordo que protegia as perdas dos chamados fundos constitucionais.

– Para se ter uma idéia dos prejuízos pela renovação da redução do IPI na indústria automobilística, o Fundo de Participação dos Estados perde R\$ 232 milhões e o dos Municípios, R\$ 243 milhões, anualmente – observou.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, não terá votação de matérias, sendo destinada aos pronunciamentos dos parlamentares e aos

comunicados da Mesa. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Maranhão (PMDB-PB).

Cidadania fala sobre dinheiro falso

O Especial Cidadania da edição de segunda-feira do **Jornal do Senado** mostra como o leitor pode identificar cédulas monetárias falsas. O especial, criado em setembro do ano passado, traz toda semana temas importantes ao exercício da cidadania. O leitor pode dar sugestões pelo endereço eletrônico jornal@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211.



Mitos da floresta na TV Senado

No programa *Leituras* desta semana, exibido pela TV Senado amanhã, às 20h, o pesquisador João Meirelles Filho fala sobre o seu novo trabalho: *O Livro de Ouro da Amazônia*, que trata dos mitos criados com base na floresta.

40 anos do golpe militar

A Rádio Agência disponibiliza em sua página, na Internet, uma série de programas que relembram o golpe militar de 64. Além de outros materiais, os programas podem ser ouvidos a partir do site www.senado.gov.br/radio.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Jane de Araújo

VISITA José Sarney mostra a parlamentares da Rússia o Plenário do Senado e explica o funcionamento das sessões

Sarney discute com senador russo ampliação de comércio

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Serguey Mikhailovitch Mironov, presidente do Conselho da Assembleia Federal da Rússia – a Câmara Alta do Parlamento russo, equivalente ao Senado brasileiro. Para Sarney, o encontro foi “um passo importante” para o relacionamento entre os dois países.

– Disse ao presidente Serguey Mironov que nosso relacionamento com a Rússia é prioritário, e o Brasil tem todo interesse em estreitá-lo cada vez mais, porque somos grandes nações,

estamos no mesmo nível e queremos romper com as mesmas dificuldades e encontrar as mesmas soluções – afirmou.

A delegação russa veio a convite do Senado. Serguey Mironov disse que aproveitou a conversa sobre as perspectivas comerciais entre os dois países para expressar a Sarney sua esperança de que os aviões russos sejam vencedores de licitação para repor os caças utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB).

– Sei que nossos caças são os melhores – assinalou Mironov.

Para Malta, medida do Cade sobre a Garoto é suspeita



Roosevelt Pinheiro

A decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de reverter a compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé foi posta ontem sob suspeição pelo líder do PL no Senado, Magno Malta (ES). Segundo afirmou, a operação evitou danos econômicos e sociais ao Espírito Santo, mas a decisão do Cade parece ter tido interesse negocial.

O senador estranhou que, num período de desaquecimento da economia, o Cade tenha concedido apenas 30 dias para a venda da Garoto pela Nestlé. Magno Malta disse acreditar que, se aparecer um comprador, é porque ele já existia e só estaria esperando a decisão do Cade para se apresentar.

– Por acaso o Cade existe para fazer negócios? – perguntou Malta, que quarta-feira esteve com os senadores João Batista Motta (PMDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES) na sessão do conselho que rejeitou recurso do Ministério Público Federal contra a determinação de cancelamento da compra da Garoto.

Governo prejudica Espírito Santo, diz João Batista Motta

João Batista Motta (PMDB-ES) atribuiu ao governo federal prejuízos causados a seu estado, o Espírito Santo. O senador ameaçou assinar o pedido de



Roosevelt Pinheiro

instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o ex-subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz, a fim de fazer o governo “acordar” para as necessidades do estado, reconhecendo as injustiças cometidas.

– O caso mais notório é a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de inviabilizar a compra da Garoto pela Nestlé, que resultará no fechamento da fábrica e perda de empregos. Está claro que isso foi orquestrado pelo Planalto para prejudicar o Espírito Santo.

Além disso, o Instituto de Defesa do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) decidiu criar três parques marinhos, o que inviabilizará a exploração de petróleo na costa capixaba, hoje realizada pela Petrobras, com ótimos resultados para a empresa e para o Espírito Santo, apontou o senador.

Agências terão quadro próprio de servidores

■ MP aprovada ontem prevê realização de concursos. Atuais funcionários voltarão ao órgão de origem

O Senado aprovou projeto de lei de conversão (PLV 15/04), relativo à Medida Provisória 155/03, que cria as carreiras e quadro funcional das nove agências reguladoras, que estão utilizando funcionários de outros órgãos e ministérios ou à base de contratos de prestação de serviços. Haverá concursos públicos para preenchimento dos cargos.

As nove agências reguladoras a serem beneficiadas são: Anatel (telecomunicações), Ancine (cinematografia e audiovisual), Aneel (energia elétrica), ANP (petróleo), ANS (saúde suplementar), Antaq (transportes aquaviários), ANTT (transportes terrestres), Anvisa (vigilância sanitária) e ANA (águas). O relator, senador José Jorge (PFL-PE), conseguiu aprovar emendas, algumas em acordo com o governo.



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇAS José Jorge, relator do projeto de conversão, alterou o texto aprovado na Câmara

Houve mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara. O relator aumentou a Gratificação de Desempenho por Atividade Regulatória (Gdar) de 30% para 55%, com o objetivo de garantir isonomia com as gratificações de outros órgãos federais especializados, como Banco Central e Secretaria da Receita Federal.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que haveria aumento de despesas sem que se estabelecesse a fonte de receita. Segundo o relator, não se cria-

va despesa, pois a gratificação já estava prevista – era apenas um aumento da gratificação, que poderia ser incluído na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Os concursos serão para os vários níveis de cada cargo. Mercadante conseguiu derrotar a proposta do relator que pretendia aproveitar os aprovados no concurso realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2000. Ele argumentou que o concurso previa a contratação de funcionários pelo regime celetista, em uma estrutura de cargos inteiramente diferente da atual.

– Estamos prevendo que os quadros das agências serão estatutários, mas aquele concurso previa o regime da CLT. Se convalidarmos o concurso, as pessoas que já trabalhavam como celetistas na Aneel serão prejudicadas, pois deixaram de fazer o concurso porque já estavam ocupando cargo semelhante – explicou Mercadante.

Os atuais funcionários serão devolvidos aos órgãos de origem, ou terão o contrato de trabalho rescindido.

Decisão sobre armas para guardas será na terça-feira

Após uma hora de discussão no Plenário, foi adiada para terça-feira, dia 6, a votação da medida provisória (MP 157/03) que muda o Estatuto do Desarmamento. A MP autoriza municípios com população entre 50 mil e 500 mil habitantes a terem guarda municipal com porte de armas. A autorização existe apenas para guardas de cidades com 250 mil a 500 mil habitantes.

A discussão começou quando o senador César Borges (PFL-BA) sustentou que o Palácio do Planalto foi pressionado por prefeitos de São Paulo e aceitou a mudança.

– Desse jeito, podemos ter o poder político armado nas pequenas cidades deste país – alertou. Para ele, um prefeito do interior com guarda municipal armada terá poder capaz de inibir qualquer adversário ou crítico.

O relator-revisor da medida provisória, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), anunciou

em seguida a apresentação de projeto de lei de conversão (PLV) modificando a MP, fruto de entendimento com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele manterá o porte de armas para guardas de prefeituras com população entre 50 mil e 500 mil habitantes “quando em serviço”. Só as guardas de municípios situados em regiões metropolitanas poderão portar armas 24 horas. Mais: haverá exigências de treinamento para que todos eles possam usar armas, inclusive com controle por parte da Polícia Federal e Exército.

O novo substitutivo aumenta todos os prazos do estatuto. O término dos atuais portes de armas (que acabou no fim de março) irá até o final de maio. O prazo para as pessoas registrarem suas armas legais (com nota fiscal) irá até o fim de julho, e os detentores de armas não registradas poderão entregá-las à Polícia Federal, com direito a indenização, também



Geroldo Magela

ACORDO Renan incluiu no projeto de conversão mudanças acertadas com o governo

até o fim de julho. Nesse período, o governo deverá realizar ampla campanha educativa explicando os objetivos e as penalidades contidas no Estatuto do Desarmamento. Quem for flagrado com arma de fogo sem porte legal estará sujeito à prisão sem direito à fiança.

Se aprovado o substitutivo, a matéria voltará à Câmara.

O acordo foi discutido em reunião que contou com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ficou também acertado que a regulamentação do Estatuto do Desarmamento será feita até o dia 1º de maio.

Oposição pede CPI, Maguito contesta

Os senadores Jefferson Péres, Antero Paes de Barros e Alvaro Dias voltaram a defender ontem, em Plenário, a instalação de CPI para investigar as atividades de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Presidência da

República acusado de envolvimento com o empresário Carlinhos Cachoeira. Já o senador Maguito Vilela disse que setores da oposição querem desestabilizar o governo e o presidente da República.

ALVARO DIAS



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Governo critica e elogia Santoro ao mesmo tempo

Postura incoerente evidenciada em comentários de integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre a atuação do subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, à frente do Ministério Público da União, foi apontada e criticada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele lembrou que, ao mesmo tempo em que condenou a condução do interrogatório feito por Santoro com o empresário do jogo do bicho Carlinhos Cachoeira, o Ministério da Justiça elogiou o funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) – organismo que une ações das polícias, do Ministério Público e da Justiça – da Região Sudeste, sob o comando de Santoro.

Alvaro Dias destacou nota da assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, que rebate a acusação de paralisia no Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O texto da nota cita o GGI da Região Sudeste, coordenado por Santoro, que teria realizado a prisão de traficantes por meio da integração da ação da Polícia Federal e das polícias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

– O Santoro é acusado pelo Ministério da Justiça de instrumento da conspiração e, ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça usa o trabalho ótimo dele no GGI da Região Sudeste como álibi para se defender das acusações de inoperância feitas pela Globo – afirmou.

JEFFERSON PÉRES

Nova fita é mais uma razão para o Senado instalar a CPI

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), disse ontem que não há justificativa para a recusa do governo e sua base de apoio em instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar o caso Waldomiro Diniz. Jefferson questionou as alegações do governo para não aceitar a CPI.

Uma delas é que o ato que justificaria uma CPI, o pedido de propina, ocorreria antes da posse do atual governo. Na opinião do senador, a constatação de que Diniz encontrou-se com Cachoeira em 2003 e nesse mesmo ano negociou com a GTech contrato para administração de loterias da Caixa Econômica Federal põe por terra a alegação.

O líder do PDT também lembrou que a Polícia Federal acaba de suspender suas apurações, uma vez que o Ministério Público se precipitou e instaurou ação penal.

Além disso, as investigações a cargo do Ministério Público ficaram comprometidas depois da divulgação da fita em que o subprocurador da República José Roberto Santoro é ouvido pressionando Cachoeira a entregar ao Ministério Público a fita de vídeo comprometendo Diniz.

– Este fato é muito grave. O subprocurador da República, José Roberto Santoro, tem que ser investigado e isso é mais um motivo para a CPI – argumentou o senador pedetista.



MAGUITO VILELA



Parte da oposição quer desestabilizar presidente

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que setores da oposição querem desestabilizar o governo e o presidente da República. Ele anunciou o encaminhamento de ofício ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, pedindo esclarecimentos sobre a data em que a fita de vídeo, que revelou o pedido de propina do ex-assessor Waldomiro Diniz ao empresário Carlos Augusto Ramos, foi encaminhada ao Ministério Público pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

– Preocupa-me a postura, no mínimo afoita, adotada por membros da oposição. O teor de algumas declarações demonstram não o interesse em investigar os fatos, mas em desestabilizar o governo. Esses setores da oposição querem porque querem ligar o caso Waldomiro ao ministro José Dirceu. Atiram no Waldomiro para tentar atingir Dirceu. Tentam a todo custo acertar em Dirceu para atingir o presidente Lula – salientou.

Maguito concordou com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, quando afirmou que a reunião do subprocurador José Roberto Santoro com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, “cheira a conspiração, cheira a golpismo”. Para o senador, não existe dúvida de que a postura do subprocurador foi ilegal.

ANTERO DE BARROS

Dirceu usa parlamentares para desviar atenção

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou ontem o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de usar parlamentares para desviar a atenção do foco principal, que é o fato de um assessor seu ter sido flagrado praticando corrupção. Antero referia-se a pronunciamento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Antero acrescentou ter encaminhado a fita com a gravação da conversa entre Waldomiro Diniz e Carlinhos Cachoeira, antes de 13 de fevereiro, quando falou sobre o assunto na tribuna da Casa. O senador disse ainda que, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, em momento algum levantou suspeita de corrupção por parte do senador por Goiás, mas que estranhava apenas o fato de Carlinhos Cachoeira ser padrinho de casamento do senador Maguito, conforme noticiou a revista *IstoÉ*. A informação foi negada por Maguito Vilela.

Antero acrescentou que no governo de Maguito em Goiás (1995-1998) houve a transferência das operações da Loteria do Estado aos bicheiros sob a forma de um contrato de concessão pública com a Gerplan, conforme informação da *IstoÉ*.

Maguito declarou que seu governo firmou contrato com a Gerplan para que monitorasse os jogos no estado, mas foi no governo do PSDB (Marconi Perillo) que o contrato foi prorrogado e incluída permissão para utilização de caça-níqueis.



Efraim condena mudanças na PEC paralela

O resultado da votação da PEC paralela da Previdência, na Câmara dos Deputados, levou o senador Efraim Morais (PFL-PB) a acusar o governo de quebrar o compromisso assumido no Senado em torno da matéria.

Elaborada pelos senadores durante a votação da reforma da Previdência, a proposição foi, nas palavras de Efraim, completamente modificada na Câmara, o que, segundo ele, configura o descumprimento do acordo feito entre as lideranças do governo e da oposição.

– É uma vergonha o que o governo fez com o servidor. Esse é um governo de faz de conta, que mente para o Congresso Nacional e para a sociedade – observou ele.

Indignado, Efraim chamou o governo petista de “Pinóquio”.



Governo quebrou compromisso, denuncia Efraim

Papaléo faz apelo aos deputados

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez ontem apelo aos deputados para que aprovem a PEC paralela da Previdência, na forma em que foi enviada pelo Senado. Papaléo disse ter sido informado de que a proposta sofreu modificações profundas na Câmara, que estariam desfigurando a proposta.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o acordo parlamentar é uma questão de ética: se não for cumprido, desmoralizará o Congresso.

Também em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou ter alertado Paulo Paim (PT-RS), um dos idealizadores da proposta, para as dificuldades que ela teria para ser aprovada. Já Flávio Arns (PT-PR) disse acreditar que a PEC será acolhida na forma do acordo de lideranças.



Papaléo teme que a PEC paralela seja desfigurada

PLANO PLURIANUAL

Comissão deve votar destaques na terça-feira, para depois submeter projeto ao exame do Congresso Nacional. Sibá Machado disse que pode aceitar emendas acolhidas no relatório de Saturnino

PPA aprovado mantém superávit de 4,25%

O parecer do senador Sibá Machado (PT-AC) sobre o Plano Plurianual (PPA), que prevê investimentos para o período 2004/2007, foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), ressaltados os destaques. O presidente do colegiado, senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), convocou reunião para a próxima terça-feira, quando serão analisadas as emendas, antes de expirar o mandato dos atuais membros da comissão.

Apesar de manobras oposicionistas para obstruir a votação, a base aliada garantiu o quórum necessário e conseguiu abreviar as discussões em torno do substitutivo de Sibá, que foi lido, analisado e votado em menos de quatro horas. Requerimento do deputado Gilmar Machado (PT-MG) para o encerramento dos debates foi acolhido por votação nominal – depois de pedido de verificação de quórum do PFL, que obteve apoio do PSDB –, evidenciando assim a presença maciça dos governistas na CMO.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que foi o primeiro relator do PPA, preferiu se abster de votar o parecer de Sibá, que atendeu à disposição da área econômica do governo de manter intocada a meta do superávit primário (receitas menos despesas, excetuando o pagamento dos juros da dívida pública) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2007.

Investimentos

O parecer de Saturnino havia sido rejeitado na comissão em meados de fevereiro, depois que o governo manifestou posição contrária à redução gradativa do superávit para 3,75% do PIB em 2005, 3,5% em 2006, e 3,25% em 2007, como queria o senador, para obter recursos e impulsionar os investimentos no país. Os senadores do PSDB Sérgio Guerra (PE) e Lúcia Vânia (GO) votaram contra o parecer de Sibá Machado.

Na Câmara dos Deputados, o PCdoB foi a única defecção na base aliada do governo. Sérgio Miranda (MG), que era a favor do relatório de Roberto Saturnino, explicou que votaria contra o novo parecer porque não há espaço para debater com o governo assuntos como dívida e superávit primário.



APOIO Base aliada do governo garantiu quórum para votação da proposta pela Comissão de Orçamento

Retirada reserva para salário mínimo

A reserva de R\$ 6 bilhões para ajudar a absorver os reajustes do salário mínimo no período do Plano Plurianual (PPA) – 2004 a 2007 –, como estava no substitutivo do senador Roberto Saturnino, não foi mantida no relatório do senador Sibá Machado. O novo relator justificou que a atualização do mínimo está contida nas obrigações sociais do governo e que os valores têm que ser tratados na lei orçamentária anual e não no PPA.

Sem a redução do superávit primário (receitas menos despesas, excetuando o pagamento dos juros da dívida pública), que pela proposta de Saturnino garantiria cerca de R\$ 27 bilhões a mais para impulsionar os investimentos do PPA, Sibá

não teve como assegurar as provisões para reajustar o salário mínimo e atender a destaques. Pelos cálculos da assessoria técnica da Comissão Mista de Orçamento, Saturnino contava com cerca de R\$ 10 bilhões para acomodar esses gastos.

O relatório de Sibá Machado acrescentou cerca de R\$ 38 bilhões à proposta apresentada pelo Executivo de R\$ 1,83 trilhão para o período do PPA, com prioridades de investimento para energia, saúde, educação, transportes, assistência social, habitação e saneamento. Com a diminuição gradativa do superávit até 2007, Saturnino havia conseguido reestimar as fontes de receita do PPA, principal documento de planejamento dos investi-

mentos oficiais.

Sibá Machado disse à imprensa que está empenhado em manter as emendas acolhidas no substitutivo de Roberto Saturnino, que, conforme o seu relatório, alcançam R\$ 35,3 bilhões, sendo a maior parte (R\$ 23,5 bilhões) destinada às que foram encaminhadas pelas bancadas estaduais. No total foram 2.423 emendas apresentadas, somando um valor de R\$ 369,72 bilhões.

O acréscimo de meio ponto percentual nas previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), projetando variações de 4% este ano; 4,5% em 2005; 5% em 2006; e 5,5% em 2007, foi duramente criticado pelos oposicionistas durante os debates na comissão.

Lúcia Vânia quer combate a desigualdade

Ao analisar em Plenário o Plano Plurianual (PPA) aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o governo não contemplou a questão da regionalização, com foco no combate às desigualdades regionais e inter-regionais, como prevê a Constituição. Ela afirmou que 82% dos recursos propostos nos orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e das Estatais não se destinam a nenhuma região específica.

Isso significa, a seu ver, que, do R\$ 1,5 trilhão previsto, cerca de R\$ 1,2 trilhão não tem destinação específica, “o que não sinaliza esforço do governo para a redução das desigualdades”. Apenas os 18% restantes – R\$ 274 bilhões – se dividem entre as regiões, observou.

Lúcia Vânia protestou contra o fato de que a região mais rica, a Sudeste, ficará com 40% dos recursos regionalizados. Ela acrescentou que o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte receberão apenas 38% dos recursos.



REAÇÃO Lúcia Vânia afirma que governo não contemplou a questão da regionalização

Governo pode negociar desoneração de investimentos com FMI

Um dos principais pontos do Plano Plurianual (PPA) é a sinalização do governo de que negociará com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a desoneração na contabilidade da meta de superávit dos investimentos em infra-estrutura e das estatais, informou ontem, no Plenário, o senador Sibá Machado.

– O assunto gerou muitas conversas, muitas reuniões e enten-

dimentos com o ministro Antonio Palocci e com o ministro Guido Mantega, para que fossem admitidas no texto do PPA as chamadas metas anticíclicas. Fiquei muito feliz pela absorção dessa informação, tanto pelo governo quanto pela bancada da base aliada na Comissão Mista de Orçamento, informação essa que hoje foi aprovada integralmente na comissão. Esse é o principal sinal do real crescimento do Brasil – avaliou

o relator do PPA.

Sibá destacou também a meta de crescimento do Brasil, que, segundo disse, deve chegar a 5,5% em 2007, com a redução da taxa de juros a um dígito e da diferença dívida pública/Produto Interno Bruto (PIB) e a aplicação de mais recursos nas metas sociais do governo.

– Leigo em economia, eu agradeço toda a colaboração que recebi na elaboração deste relatório. Absorvo

todas as críticas feitas, inclusive as de hoje; interpretarei algumas delas como advertência ao Plenário no sentido de colocar em dúvida a minha condição de apresentar um relatório à altura do debate – afirmou Sibá Machado.

Ele comunicou que os destaques apresentados ao seu parecer deverão ser analisados pela CMO em reunião já convocada para terça-feira.

Monsanto pode ter liberado soja transgênica a brasileiro

Afirmção é do presidente da CPI que investiga entrada ilegal de sementes do produto no país

O senador João Capiberibe (PSB-AP) afirmou já haver indícios de que a multinacional Monsanto teria liberado para produtores brasileiros do Rio Grande do Sul as sementes de soja transgênica da qual detém a patente – a Roundup Ready – e que é importante discutir agora se há necessidade de pagamento de *royalties* à multinacional. A investigação do processo de entrada ilegal da soja geneticamente modificada no Brasil, supostamente a partir de 1996, motivou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Trans-

gênicos, presidida por Capiberibe. A comissão realizou ontem audiência pública com o ex-presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), biólogo Antônio Barreto de Castro.

O depoimento de Castro demonstra, segundo Capiberibe, que há coincidência entre as sementes de soja plantadas pelos gaúchos e a soja transgênica da Monsanto. De acordo com Castro, mais de mil análises realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por solicitação em 1999 da Justiça Federal, que investiga o contrabando, comprovam isso.

– Não há mais dúvidas de que a Monsanto liberou as sementes – afirmou Capiberibe.

Sobre a atuação da CTNBio nesse processo, o senador disse considerar que o órgão pode ter

descumprido preceito legal ao liberar, sem o relatório de impacto ambiental (Rima), o plano da soja transgênica em 1998.

Antônio Barreto de Castro afirmou ter sido legal o parecer da CTNBio liberando a soja transgênica, que estava em análise pela comissão desde 1995, porque a Lei de Biossegurança aprovada naquele ano não exigia estudo de impacto ambiental.

Na opinião de Castro, a entrada da soja transgênica no Brasil não faz parte de uma “conspiração” para destruir a soja brasileira. Ele disse que os produtores gaúchos devem ter optado pela utilização da semente transgênica para reabilitar a cultura do produto no estado, que estava praticamente aniquilada, conforme explicou, pela resistência das ervas daninhas a todos os tipos de herbicidas.



RELATÓRIO Delcídio Amaral (E) apresenta propostas à comissão, presidida por Mozarildo Cavalcanti, que analisa questão fundiária

Delcídio sugere que Senado defina reservas

A comissão temporária externa do Senado criada para analisar a questão fundiária envolvendo terras indígenas examinou ontem o relatório parcial do senador Delcídio Amaral (PT-MS) referente ao estado de Roraima, com destaque para os conflitos existentes na área denominada Raposa/Serra do Sol. Entre as propostas apresentadas no relatório, que será votado no próximo dia 14, está a que concede ao Senado a responsabilidade de decidir sobre os processos demarcatórios das terras, não somente em Roraima, mas em todo o país, onde existam interesses indígenas; a criação de mais pelotões do Exército brasileiro em Roraima (atualmente só existe uma unidade); e a demarcação da área específica para a etnia Ingárikó.

Meta

A comissão foi criada por solicitação do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que preside o colegiado. Inicialmente, informou o senador, a comissão

temporária tinha por meta analisar somente a questão fundiária do estado de Roraima, que possui 88% de suas terras sob o domínio da União, compreendendo áreas indígenas e terras não-indígenas, ligadas ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mas, devido ao agravamento de problemas fundiários existentes em outros estados, ficou decidido, conforme informou Mozarildo, que a comissão temporária atuaria também nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. Para o senador, o colegiado, portanto, passou a cuidar da questão fundiária, predominantemente indígena, em nível nacional.

Mozarildo voltou a alertar, a propósito, que a União continua a “confiscar” terras que pertencem aos estados, agravando ainda mais o que chamou de conflito federativo.



IMPORTAÇÃO Ao lado de Capiberibe, Antônio Castro (D) diz que algodão pode entrar ilegalmente no país

Biólogo defende o uso da transgenia

O ex-presidente da CTNBio Antônio Barreto de Castro alertou os integrantes da CPI para a possibilidade de o algodão transgênico BT, que contém genes do *Bacillus Thuringiensis*, responsável pela resistência da planta a ataques de insetos, seja o próximo produto transgênico a ser introduzido ilegalmente no país. Isso porque, explicou ele, os gastos com agrotóxicos para combater as pragas que atacam o algodão tradicional representam cerca de 40% do custo de produção.

Ele pediu a aprovação rápida de uma nova legislação para a biossegurança, alegando haver

um vácuo no Brasil sobre o assunto que pode estar estimulando o contrabando, mas criticou o projeto em exame no Senado.

Em sua participação na CPI, o biólogo defendeu a utilização da transgenia, ressaltando sua importância para a produção de alimentos e o conseqüente combate à fome em todo o mundo. É a primeira vez que o Brasil proíbe o uso de uma tecnologia, lamentou Castro, para quem a decisão interessa à indústria de agrotóxicos, cujas vendas cresceram no Brasil e já atingem mais de US\$ 3 bilhões por ano, segundo informou, e aos Estados Unidos, um

dos maiores produtores de soja do mundo. Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e o relator da CPI, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), também criticaram o cerceamento das atividades da ciência.

Castro se disse vítima da “Campanha por um Brasil livre de Transgênicos”, que, em sua avaliação, foi idealizada pela organização não-governamental Greenpeace e tem ramificações no Ministério do Meio Ambiente e no Legislativo. A campanha, observou Castro – que coordena a Rede de Biotecnologia do Nordeste – foi responsável por sua saída da Embrapa.

Zambiasi pede ajuda para o Sul, vítima de seca e ciclone

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aproveitou o discurso que fez homenageando o aniversário de 232 anos de Porto Alegre para apelar ao governo federal em favor da Região Sul, assolada por uma das piores secas dos últimos anos e pelo ciclone Catarina, que atingiu o litoral gaúcho e catarinense no fim de semana passado.

– Neste momento, só no Rio Grande do Sul, 28 mil famílias não têm mais água para consumo humano, em uma situação



PORTO ALEGRE Sérgio Zambiasi também homenageou a capital gaúcha, que faz 232 anos

desesperadora – relatou ontem Sérgio Zambiasi, informando que 250 dos 496 municípios gaúchos já decretaram estado de emergência.

Zambiasi disse que Porto Alegre é formada por descendentes de portugueses, italianos, alemães, espanhóis, poloneses, africanos, libaneses, sírios, judeus, japoneses e russos, e todos convivem em harmonia.

CPI DA TERRA

João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, depõe em audiência pública. Alvaro Dias, presidente da CPI, questiona declarações do líder dos sem-terra, e Simon diz que depoimento mostra fracasso da reforma agrária

MST apóia Lula, mas anuncia novas ocupações

A pedido do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, deputado João Alfredo (PT-CE), o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, analisou ontem, durante audiência pública, a política de reforma agrária do governo.

Stédile disse que o MST vai continuar a pressionar o governo para que seja atingida a meta de assentar 400 mil famílias até o fim de 2006. Segundo afirmou, o movimento fez um acordo político com o governo,

em novembro último, quando a meta foi definida. Porém, em 2003, informou, apenas 14 mil famílias foram assentadas, e este ano, mais 7 mil.

– Mudanças só acontecem quando o povo se organiza, é um direito constitucional. Para cumprir a meta, o papel do MST é acampar 400 mil famílias, e o do governo é assentar 400 mil – resumiu.

Stédile analisou que a eleição do presidente Lula foi uma vitória política da reforma agrária e reafirmou que confia no presidente. Entretanto, reco-

nheceu que o governo enfrenta dificuldades para fazer a reforma agrária, já que o Incra está desparelhado e não tem condições de realizar sua função.

– O governo deve tratar a reforma agrária como política de Estado, fazer um mutirão dos organismos públicos, para dar crédito rural e assistência técnica. Não adianta jogar o pobre na terra, para produzir estatísticas, como estratégia para se livrar do pobre – declarou.

Legislação

Para o coordenador do MST, a legislação brasileira é sufici-

ente para promover uma reforma agrária capaz de absorver os 23 milhões de trabalhadores sem terra no país.

O texto da Constituição de 1988, ressaltou Stédile, permite que o problema da concentração fundiária seja enfrentado, pois determina que a grande propriedade rural que não cumprir sua função social deve ser desapropriada, o proprietário, indenizado e a terra, distribuída para gerar renda.

Em resposta ao deputado João Alfredo, Stédile afirmou que o MST não é contra a bio-

tecnologia.

Ele analisou que, na conjuntura atual do agronegócio no Brasil e no mundo globalizado, os transgênicos são monopolizados por multinacionais que se utilizam da Lei de Patentes para garantir, por exemplo, a exclusividade da comercialização de sementes de soja.

Stédile disse esperar que a Embrapa continue pesquisando até encontrar transgenias que não representem perigo para a saúde dos consumidores e que também não sejam ameaças ao meio ambiente.

Para Simon, reforma agrária não avançou

Com base na exposição feita ontem pelo coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, na CPI da Terra, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) concluiu que a reforma agrária no governo Lula é um “fracasso total”.

Dizendo-se um dos grandes otimistas em relação ao governo Lula, Simon avaliou que, considerando o depoimento de Stédile, “as coisas acontecem neste governo como aconteciam no de Fernando Henrique”.

De acordo com Stédile, o governo precisa ser mais pedagógico com a sociedade e explicar melhor seus planos em relação à reforma agrária.

Ao considerar que a CPI da Terra amplia a reflexão sobre a questão agrária, o líder do MST disse que “é preciso pensar no modelo neoliberal de agricultura”, que a seu ver não trará desenvolvimento ao país.

Ele esclareceu que o MST usa o termo “revolucionário” na acepção de Paulo Freire e Caio Prado Júnior, de que é preciso “ir à raiz dos problemas”.



FRACASSO Simon considera que a situação de hoje é semelhante à do governo Fernando Henrique



CRÍTICA Em audiência presidida por Alvaro Dias (C), Stédile afirma que imprensa distorce suas palavras

Força do movimento está na mobilização das famílias, diz Stédile

João Pedro Stédile acusou a imprensa e a direita de manipular suas declarações, retirando-as de contexto para dar caráter criminoso ao MST.

– Somos contra o uso da violência. Nossa força vem do número de famílias que conseguimos organizar – declarou.

Sua manifestação se seguiu ao pedido do presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que, ao abrir a reunião, solicitou que Stédile explicasse declarações de que os movimentos sociais deveriam promover um “abril vermelho”, em que o país “vai pegar fogo”.

– Essas expressões fortes são um grito de guerra, um protesto, ou uma manifestação de in-

dignação diante da paralisação do processo de reforma agrária no país? – indagou Alvaro Dias.

Stédile afirmou que a “imprensa burguesa” e as “publicações direitistas” distorcem suas palavras. O líder do MST considerou infeliz a frase “vamos infernizar”, usada por ele em reunião para preparar a mobilização dos movimentos sociais para a passagem do Dia do Trabalho. Segundo observou, o sentido era pressionar, azucrinar, com manifestações que espalhassem pelo país as bandeiras vermelhas do movimento.

Ocupações

Stédile explicou que, por conta da estrutura descentralizada do MST, a coordenação

nacional não interfere na decisão das famílias de ocuparem terras. Por organizar atos de grande visibilidade, ele disse que muitos pensam que o MST é uma “superorganização”, mas isso não é verdade.

Do ponto de vista jurídico, Stédile relatou que acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outros tribunais trazem o entendimento de que a ocupação não se trata de espoliação de terras, e, por isso, não é considerada crime que deva ser tratado pelo Código Penal.

Ele pediu a rápida aprovação do projeto de lei que torna mais severa a punição de quem patrocina o trabalho escravo, que está em discussão no Senado.

Presidente da UDR será ouvido pela CPI

Durante a audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, com o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, será ouvido pela CPI no próximo dia 13, como forma de “fazer um contraponto” ao que disse Stédile. “Precisamos ouvir todos os lados envolvidos nessa questão”, disse Alvaro Dias.

O relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE), disse que o objetivo é oferecer amplo diagnóstico da estrutura fundiária brasileira e também propostas para superar os conflitos no campo. Ouvir Stédile, na opinião do deputado, é importante porque existem diferentes juízos de valor sobre a atuação do MST no Brasil, que tem a ocupação de terras como uma de suas táticas.

– As ocupações poderiam ser caracterizadas como criminosas ou são fruto de necessidade? Como a Justiça tem tratado essa questão? – questionou.

Eduardo Suplicy (PT-SP), que foi chamado por Stédile de senador-militante nº 1 do MST, lembrou que Celso Furtado e Darcy Ribeiro destacaram a “extraordinária relevância” do movimento no combate à pobreza. Na opinião de Suplicy, as ações do MST, que devem ser pacíficas, servem para demonstrar como a terra é usada contra o interesse social no Brasil.

Comissão vai investigar denúncia que envolve FBI

Parlamentares aprovam audiências com ministro da Justiça, diretor do DPF e ex-chefe da agência

A denúncia publicada pela revista *Carta Capital*, segundo a qual a Polícia Federal brasileira estaria sendo "comprada" pelos Estados Unidos, será tema de duas reuniões, neste mês, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O anúncio foi feito ontem, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que preside os dois colegiados.

Serão convidados para uma reunião na quarta-feira (14) o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda; e o ministro-chefe do Gabi-



REVELAÇÕES Suplicy anuncia reuniões, que poderão ser realizadas reservadamente

nete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Felix. Na véspera, deverão ser ouvidos pela comissão o ex-chefe no Brasil do Federal Bureau of Investigation (FBI), Carlos Alberto Costa, e um outro brasileiro, cujo nome ainda não foi divulgado, que teria colaborado com a agência norte-americana.

Suplicy disse que já havia conversado sobre o assunto com o senador Arthur Virgílio

(PSDB-AM), autor de um requerimento em pauta na reunião da CRE, que estabelecia a convocação de Thomaz Bastos e de Jorge Armando Felix. No requerimento, Arthur Virgílio solicita esclarecimentos acerca das denúncias publicadas pela revista *Carta Capital* e pelo *Jornal do Brasil*, segun-

do as quais a Polícia Federal do Brasil vem sendo comprada pelos Estados Unidos, que estariam pagando contas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de infiltrar agentes secretos no território brasileiro. A revelação à imprensa foi feita pelo ex-chefe do FBI, que será ouvido pelos parlamentares.

As reuniões da comissão mista, adiantou o senador, poderão ser reservadas.



PROPOSTAS Deputado Doutor Rosinha preside reunião da comissão que vai discutir a crise do transporte na fronteira Brasil-Paraguai

Chile abre reunião sobre Parlamento do Mercosul

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) vão representar o Senado em reunião que será realizada em maio no Chile para decidir sobre a criação do Parlamento do Mercosul. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), deputado Doutor Rosinha (PR-PR), que, ao lado do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), também participará do encontro.

A reunião contará com a presença de representantes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, e deverá analisar as duas propostas existentes até o momento para constituição do novo fórum, uma do Brasil e outra da Argentina.

Segundo Doutor Rosinha, o Uruguai não apresentou ne-

nhum projeto porque o país está em processo eleitoral. Doutor Rosinha disse ainda que o Paraguai também não está cuidando deste assunto de perto. Mesmo assim, ambos os países já demonstraram apoio à idéia, acrescentou o presidente da CPCM.

O objetivo do encontro, afirmou o presidente da comissão mista, é adiantar as conversações para que até junho deste ano estejam concluídos os princípios básicos, na forma de um anteprojeto, que vão compor o processo de criação do Parlamento do Mercosul.

Sobre o mesmo assunto, a comissão aprovou requerimento de Doutor Rosinha, que pede a realização de um seminário em Brasília, em data anterior ao evento no Chile, para debater a construção e a necessidade do novo Parlamento.

CRE dá mais proteção à pesca no país

A comercialização dos peixes capturados em águas continentais brasileiras dependerá de certificado que ateste a origem do produto, como garantia de que ele não provém de pesca predatória ou não autorizada. A medida está prevista no Projeto de Lei da Câmara 29/03, destinado a regulamentar a política pesqueira nacional, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e ainda será analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), antes de chegar ao Plenário.

O relator do projeto na CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou que o texto está de acordo com as diretrizes adotadas pela política externa brasileira de fomento à proteção ambiental e de utilização sustentável da diversidade biológica. Além disso, observou, poderá contribuir para o aumento das exportações.

— Ao estatuir que a comercialização do pescado capturado em águas continentais depen-



CONTROLE O relator do projeto, Eduardo Azeredo (de óculos), diz que proposta vai contribuir para a competitividade do produto nacional

de de certificado que ateste a sua origem, fornecido por serviço de certificação devidamente licenciado, o projeto contribui para o controle da qualidade do produto e promove sua competitividade no mercado internacional — afirma Azeredo em seu parecer.

Ao final da reunião, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) — presidente da Subcomissão Permanente de Proteção aos Cidadãos Brasileiros no Exterior — leu carta que havia recebido do

embaixador dos Países Baixos no Brasil, Robert Meys, na qual afirma não ter conhecimento da existência de brasileiros entre os 26 mil imigrantes ilegais que serão expulsos de seu país, em sua maioria pessoas que tiveram negados seus pedidos de asilo político.

Crivella disse ter uma preocupação humanitária com os imigrantes. O senador observou que a expulsão de 26 mil pessoas o fazia lembrar "atitudes nazistas".

Ramez Tebet registra visita presidencial a Três Lagoas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sua satisfação com a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará na tarde de hoje à sua cidade natal, Três Lagoas (MS). Na ocasião, será inaugurada a termelétrica de Três Lagoas, usina construída inteiramente com recursos da Petrobras, que investiu R\$ 500 milhões. A usina, que produzirá 240 megawatts, será abastecida com gás natural proveniente do gasoduto Brasil-Bolívia. Com energia barata em abundância, Tebet disse esperar que a região atraia



GÁS NATURAL Tebet elogia nova termelétrica, que custou R\$ 500 milhões à Petrobras

investimentos empresariais para gerar desenvolvimento, emprego e renda para a população.

Durante a visita, também será inaugurado o aeroporto de Bonito (MS).

Tebet fez ainda um apelo à Câmara para que os deputados aprovem a chamada PEC paralela sem grandes modificações.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes